



## MATERNIDADE E PRODUTIVIDADE: QUANDO SE É MÃE NO DOUTORADO<sup>1</sup>

Silvana Maria Bitencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Silvana\_bitencourt@yahoo.com.br

### 1. Introdução

As reivindicações feministas feitas por inúmeras estudiosas brasileiras (TAVARES, 2008:2005; AQUINO, 2006:2009; TABAK, 2002) relativas à maternidade na pós-graduação, repercutiram positivamente nas regras das agências de fomento, pois o consentimento da licença-maternidade<sup>2</sup> durante o Mestrado e o Doutorado veio para legalizar que as acadêmicas podem ser mães nesta fase.

Discutir a relação entre maternidade e vida acadêmica pressupõe-se questionar o discurso feminista liberal, que parte do princípio que as mulheres, tendo oportunidades iguais aos homens, poderiam assimilar as regras do campo acadêmico sem mudanças na estrutura do mesmo. (SCHIENBINGER, 2001).

No entanto, as mulheres mesmo presente na educação superior e no mercado de trabalho, ainda se sentem responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, reproduzindo muitas vezes, a esfera privada como um espaço “naturalmente seu” (VASCONCELOS, 2009).

Partindo deste raciocínio, as acadêmicas que precisam ter tempo para produzir tendem a reproduzir desigualdades de gênero, quando contratam uma mulher para fazer o trabalho socialmente visto como menos “digno”, ou seja “inferior”. Neste sentido, ocorre a diferença de classe entre as mulheres (COSTA, 2002). Todavia, mesmo pagando uma empregada doméstica, a acadêmica, ao voltar no final do dia para casa, além do trabalho reprodutivo, que é contínuo, também trará trabalho acadêmico para desenvolver em casa, pois ela tende a estar significativamente influenciada pela política da produtividade. Essa política, na contemporaneidade, tem feito as trabalhadoras

---

<sup>1</sup> Este texto é parte condensada de uma das discussões que foi realizada na minha tese de doutorado. Para mais informações ver: BITENCOURT (2011).

<sup>2</sup> Para mais informações ver: Mães pós - graduandas conquistam o direito à licença maternidade. Disponível em: [http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2010/11/maes-pos-graduandas-conquistam-o-direito-a-licenca-maternidade](http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/11/maes-pos-graduandas-conquistam-o-direito-a-licenca-maternidade). Acesso 18-11-2010.



perderem qualquer noção de espaço e tempo para atingir o ideal de produtividade, tornando o trabalho uma verdadeira obsessão em suas vidas. (LUZ, 2008; BIANCHETTI, 2009). Geralmente, o trabalho trazido para casa pela acadêmica é guardado e, conseqüentemente se acumula, pois a sua família (companheiro, filhos), precisa cotidianamente de sua atenção e dedicação de “mãe”.

Assim, o atributo feminino do “ser cuidadora” é incorporado pela mulher-mãe, fazendo esta sentir-se a principal responsável pelo filho. (ELIAS, 2010; VASCONCELOS, 2009; SCAVONE, 2004). As acadêmicas, quando decidem conciliar carreira e maternidade, vivenciam conflitos em incorporar o discurso da produtividade focado na dedicação exclusiva para o fazer acadêmico, pois elas necessitam de tempo para atender a outras demandas como a família. Logo, sentem dificuldades em incorporar o *ethos* competitivo presente no campo acadêmico.

Esta dificuldade de incorporar o *habitus academicus*, muitas vezes, faz a acadêmica se sentir excluída do campo, por não corresponder ao ideal do ser acadêmica sustentado pelo discurso do “ser produtiva”, mas também “culpada” por não conseguir “deixar de lado” as responsabilidades vinculadas aos cuidados de seus filhos, pois o simbólico da maternidade centrado no “ser cuidadora” ainda tende a influenciar as suas escolhas refletindo-se no uso do tempo (ARAÚJO, 2006).

Conforme estudos (LETA; MARTINS, 2008; FELÍCIO, 2010; PÉREZ SEDEÑO, 2001b) a participação feminina em postos de decisão da Ciência e no número de bolsas de produtividade evidenciam numericamente as desigualdades de gênero na distribuição do poder presente no campo acadêmico.

A desigualdade de gênero em termos numéricos permanece contribuindo para os homens e as mulheres solteiras sem filhos terem mais possibilidades de acumular capital científico e maiores posições no campo, pois ao chegar em casa poderão até continuar produzindo seus artigos, diferente das acadêmicas mães que geralmente usam seu tempo após o expediente da universidade para as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. (AQUINO, 2009; ARAÚJO, 2006).

Uma das razões para esta desigualdade na distribuição do poder no campo científico deve-se ao fato das mulheres que têm filhos ainda pequenos necessitarem de mais tempo para cuidá-los, principalmente no período de amamentação. Portanto, esta



situação na vida das acadêmicas tende a comprometer a sua produtividade, refletindo diretamente no seu tempo para ascender na carreira. (AQUINO, 2006: 2009; FELÍCIO, 2010; SAITOVITCH, 2006; TABAK, 2002: 2006; FABBRO, 2006).

A autora Márcia Regina Fabbro (2006) em estudo sobre mulheres acadêmicas e maternidade constatou que muito deste problema que as mulheres contemporâneas sofrem com esta conciliação entre maternidade e carreira acadêmica está relacionado à referência da “mulher-sucesso”. Segundo a autora, este modelo de feminilidade nutre a ideia que a mulher pode ter sucesso tanto na vida profissional como pessoal, não abdicando de nenhuma delas, mas procurando táticas para conciliar. No entanto, sendo a “mulher-sucesso” um modelo difícil de seguir, as acadêmicas ficam emocionalmente afetadas, pois não conseguem corresponder a este “tipo ideal” de mulher que não negociou o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. (FABBRO, 2006; ELIAS, 2010).

A incidência de sofrimento psíquico feminino desencadeado durante a vida acadêmica nos leva à conclusão de que a emancipação feminina ocasiona diversas contradições na vida das mulheres, pelo fato do trabalho realizado na esfera privada não ser igualmente dividido. Muitas vezes, as próprias mulheres não se dão conta que precisam negociar com seus companheiros meios para se efetivar esta divisão, pois elas mesmas reproduzem a ideia de que o espaço privado é mais adequável a elas. (ELIAS, 2010; VASCONCELOS, 2009).

Assim, as novas gerações de acadêmicas que incorporaram a produtividade do trabalho científico como um fim, tendem a “deixar de lado” a maternidade, devido aos problemas que esta pode ocasionar na construção da carreira, considerando o tempo exigido para corresponder ao *habitus* acadêmico representado no “ser produtiva a qualquer preço” e o tempo gasto quando se tem filhos. No entanto, por meio dos estudos de HEWLETT, (2008); SZAPIRO; FÉRES – CARNEIRO, (2002). podemos observar que, muitas vezes, o projeto da maternidade pode ser retomado quando estas mulheres altamente qualificadas sentem-se “seguras” profissionalmente e financeiramente para serem mães. Em relação a escolha pela não-maternidade, alguns estudos como os de Araújo, (2006) e Santos, (2007b), tem constatado que as novas gerações colocam em primeiro plano a vida profissional, sendo que os projetos ligados ao casamento e à



maternidade não necessariamente serão realizados, pois este depende da realização profissional.

A tendência das mulheres escolherem pela não-maternidade ocorre mais entre mulheres com maior grau de instrução, ou seja, “quanto mais estudada, menos filhos”. No contexto brasileiro, o demógrafo José Eustáquio Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE,<sup>3</sup> confirma a tendência entre as mulheres mais instruídas em reduzir o número de filhos, logo enlases matrimoniais, pois estas têm mais dificuldades de casar ou, então, preferem ficar sozinhas. Segundo o pesquisador, a taxa de fecundidade entre as instruídas é de um filho por mulher. Entre as mais pobres e menos instruídas, porém, é de seis filhos por mulher. Importante salientar que as pós-graduandas pertencem a um coletivo privilegiado socialmente em termos de acesso à instrução e são definidas como recursos humanos qualificados que podem/devem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Também são percebidas como massa crítica/subversiva, pois sua presença nas diferentes áreas de conhecimento tem contribuído para questionar o discurso androcêntrico que silenciou a participação das mulheres na esfera pública. (TABAK, 2002).

Partindo desta perspectiva, a compreensão da maternidade será dialogada neste trabalho a partir de três situações que compreendem: quando não se é mãe no Doutorado; quando se está grávida no Doutorado e quando se é mãe no Doutorado. Isso tudo para compreendermos os significados compartilhados por acadêmicas na fase do Doutorado sobre o “ser mãe”.

## 2. Método

### Participantes

Participaram como sujeitos da pesquisa 15 estudantes de doutorado regularmente matriculadas. As variáveis trabalhadas compreenderam idade reprodutiva, número de filhos e estado civil. O critério escolhido procurou equilibrar numericamente coletivos de mulheres sem-filhos, gestantes e com filhos.

### Procedimentos

---

<sup>3</sup> Para mais informações ver: A desconhecida lição das mulheres solteiras. Cotidiano. Folha de São Paulo. Domingo, 17 de setembro de 2006. p.6



A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semi-diretivas e trabalho de campo em quatro programas de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina referentes a seguintes áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências exatas, ciências biológicas e engenharias.

### 3. Resultados e Discussão

#### Quando não se é mãe no Doutorado

A compreensão da maternidade entre as doutorandas sem filhos mostrou que para elas, a escolha pela vida acadêmica pressupõe renúncias na vida pessoal. Elas também falaram na relação cronologia *versus* fecundidade e na falta de companheiros disponíveis para constituir uma família. As experiências de “outras” mulheres com a maternidade também foram focos significativos para as doutorandas sem filhos elaborarem uma compreensão sobre a maternidade no contexto acadêmico. Seus significados da maternidade partiram de vários motivos, por isso, não é possível tentarmos chegar a uma referência única que as levou a elaborar as suas compreensões sobre a maternidade no campo.

A maternidade compreende uma rede complexa de significados em todas as situações. No momento que a questão da maternidade é relacionada ao *habitus academicus*, diversos fatores estão em jogo para as acadêmicas exporem subjetivamente o sentido desta em suas vidas.

Para a autora Lucila Scavone (2004) a maternidade engloba “múltiplas faces” dependendo da relação que esta está sendo analisada. Por isso, a compreensão da maternidade nesta fase é localizada a partir de uma situação que abrange especificidades relativas à forma que o gênero opera na vida acadêmica. Neste sentido, as acadêmicas constroem seus argumentos a partir da vivência que estão experienciando, sendo que suas subjetividades estão significativamente influenciadas pelos efeitos desta fase pautados na produtividade.

Assim sendo, os significados relativos à maternidade são construídos em um tempo caracterizado como “efêmero” por estar altamente condicionado por uma



racionalidade destinada à chegar ao fim do Doutorado. As outras escolhas são “deixadas de lado”. A reflexão sobre este processo ocorre por meio da sociabilidade do sofrimento psíquico, causado a partir do sentimento de não estar atingindo uma produtividade ideal.

Em um espaço onde o tempo deve ser totalmente destinado ao trabalho de tese, “ser produtiva” opõe-se a “ser reprodutiva”. Portanto, os assuntos relativos à vida privada tornam-se supérfluos, ou seja, um luxo para ser desfrutado por poucas que podem constituir uma família e ter filhos. Mas, a mulher que escolheu permanecer no mundo privado cuidando da casa e dos filhos pode também ser compreendida com uma mulher que não teve “capacidade” suficiente para participar do mundo público, pois permaneceu no “privado”, pelo motivo de não ter conseguido consolidar sua carreira profissional; colocou o projeto profissional em segundo plano.

A crítica das doutorandas desta pesquisa sobre a mulher que escolhe cuidar da casa e dos filhos reafirma como estas estão influenciadas pelo movimento feminista de segunda fase,<sup>4</sup> que postulava que o papel de esposa e mãe limitava as mulheres a conseguirem uma emancipação efetiva na esfera pública, pois seria o modo hierárquico que se dava às relações familiares a maior causa de sua dominação.

Nas enunciações das doutorandas sem filhos desta pesquisa podemos perceber que os efeitos vivenciados na fase do Doutorado tendem a influenciar significativamente suas escolhas pela vida acadêmica. Elas negam a importância da vida pessoal neste momento de suas vidas. O término da tese é visto como uma obrigação primordial, portanto, faz-se necessário “deixar de lado” outras escolhas. (ARAÚJO, 2006).

A decisão pela carreira profissional, em oposição ao casamento e à maternidade, evidencia que o atributo “ter uma profissão” torna-se um elemento bastante significativo operando simbolicamente na construção das identidades das mulheres contemporâneas. Nas enunciações das acadêmicas observamos certo desprezo sobre as escolhas femininas pautadas na conciliação entre vida profissional e familiar. Deste modo, a

---

<sup>4</sup> Sobre esta abordagem feminista que questionava a forma que ocorria às relações familiares, a feminista norte-americana Betty Friedan, nos anos de 1965 escreveu o “inominável problema” destacando como o papel feminino destinado ao cuidado dos filhos e ao trabalho doméstico condenavam muitas donas de casa norte-americanas ao tédio e isolamento. Para mais informações ver: As famílias. In: GIDDENS (2005).



escolha pela não-maternidade é sustentada pelo discurso das oportunidades iguais para todas e todos na esfera pública, assim o ser mãe é visto como uma escolha “anormal”, pois as novas gerações de acadêmicas, influenciadas pelo discurso da produtividade, pensam não ser possível ter uma vida além da academia.

As mulheres sem filhos sentem que precisam escolher entre profissão e maternidade. A escolha pela carreira ou maternidade compreendem os valores compartilhados pelas acadêmicas, pois há escolhas percebidas como “melhores” e outras vistas com “piores”. A escolha em ter filhos, neste contexto, é percebida como uma escolha que impossibilita a continuidade dos estudos, pois sendo mãe a mulher conseqüentemente viraria a “cuidadora” dos filhos e da casa, logo não teria mais tempo para se dedicar à carreira.

Nas enunciações das doutorandas, podemos verificar que a figura da “dona de casa” representa o lado negativo, que caracterizou historicamente o feminino. O atributo de “cuidadora” alocado ao feminino é compreendido como uma evidência altamente negativa para estas mulheres construírem suas identidades de gênero. Este repúdio pela “dona de casa”, esse “medo” de se tornar uma delas carrega a influência do discurso feminista que tratou a esfera privada, ou seja, o lugar da reprodução, a partir de um simbólico atrelado à dominação. Do mesmo modo, a maternidade seria uma situação que deixaria a mulher com menos liberdade para explorar a sua criatividade e capacidade intelectual.

Neste contexto a “dona de casa” é percebida a partir de um simbólico feminino condenado ao fracasso. O espaço público que o feminismo tanto reivindicou para as mulheres permanece como um mundo ainda sustentado por um discurso masculino, as mulheres participam incorporando o tempo “do outro”, ou seja, o tempo tende a ser uma experiência moldada a partir da valorização da esfera pública em contraposição a privada.

O trabalho reproduzido no espaço privado é encarado como “da mulher”, que tende a vivenciar constrangimentos no processo de construção de identidades profissionais. A construção de uma carreira profissional focada na linearidade e na separação entre vida profissional e familiar ainda vigora em muitos contextos, especialmente no acadêmico. (SANTOS, 2007b; ARAÚJO, 2006; FABRRO, 2006,



ELIAS, 2010). A carreira acadêmica é vista como uma escolha que exige muito tempo e dedicação, portanto a maternidade seria um empecilho na percepção das doutorandas sem filhos

Neste sentido, a escolha pela carreira pressupõe renunciar ao projeto do casamento e da maternidade. Esta escolha é feita por causar menos sofrimento. A maternidade e a carreira representam diferentes graus de interesses, portanto há um investimento da doutoranda pela escolha que pressupõe um menor sofrimento, considerando a pretensão de ter retorno financeiro.

A dicotomia público e privado na construção dos papéis de gênero, que determinou que as mulheres possuíssem uma natureza mais adequada ao espaço doméstico, nutriu historicamente uma representação materna pautada no “ser cuidadora” do filho, portanto totalmente responsável por eles. O atributo de “cuidadora” ainda permeia o simbólico vinculado ao feminino, ou seja, as mulheres ainda incorporam este atributo ligado ao cuidado da casa, dos filhos e muitas vezes, dos pais na velhice (AQUINO, 2009).

O filho é visto como um ser “da mãe”, por isto a política presente no mercado de trabalho é ainda mais adequada aos homens, pois estes não “engravadam”. Apesar das mulheres terem direito à licença-maternidade quando bolsistas, a responsabilidade e o cuidado do filho ainda compete a elas.

Partindo deste raciocínio, a escolha da maternidade corresponderá a um empecilho para a realização da lógica produtivista presente tanto na universidade como nas demais instituições do mundo do trabalho. Neste mundo, o fator tempo é tratado como uma moeda preciosa, pois quanto menos tempo de trabalho gastos para produzir, mais produtivo será a empregada. (FERREIRA, 2003). Neste sentido, a maternidade será tratada como uma condição negativa para um empregador escolher uma mulher que poderá engravidar, ao contrário da contratação de um homem, que não possui esta especificidade, não precisando licença de quatro meses para se ausentar por causa dos cuidados necessário aos recém-nascidos.

A dificuldade em conciliar maternidade e vida profissional tem feito muitas mulheres profissionais vivenciarem não apenas a dificuldade de pedir permissão para conseguir amamentar seu filho tranquilamente, mas também justificar faltas ao trabalho



devido a problemas relacionados à saúde de seus filhos. (FERREIRA, 2003). Neste caso, muitas mulheres ao entrarem no mercado de trabalho, incorporam a lógica pautada na produtividade, ignorando a situação da maternidade para sobreviver, e, neste caso, elas tendem a negar a existência de suas maternidades para não sofrer críticas e punições no emprego.

Entre as doutorandas gestantes a gravidez pode possibilitar “os outros” questionarem por que a doutoranda decidiu por algo que comprometerá diretamente a sua produtividade, devido a fase de amamentação do bebê e de restabelecimento do seu corpo físico. A gravidez não planejada rompe a ideia de construção de carreira em um plano linear.

Para as estudantes gestantes, a maternidade, à primeira vista é compreendida por meio de um sentimento de “medo”, medo do “estranho”, “do desconhecido”. Ou seja, o filho e as mudanças parecem poder influenciar muito seus cotidianos. Passado o susto inicial, a maternidade é assumida como um acontecimento que exige nova programação dos custos materiais do casal.

Diante desta nova situação, o orientador é visto como alguém “temido”, mas também alguém que merece ser comunicado rapidamente, pois existe uma relação de interdependência com ele nesta fase.

### **Quando se é mãe no Doutorado**

As doutorandas mães perceberam durante as suas práticas cotidianas na universidade e em casa, que tiveram que “abdicar de” para desempenhar um dos papéis: ser mãe ou ser acadêmica. Segundo elas, há a preocupação em não conseguir corresponder ao habitus acadêmico, pautado na dedicação exclusiva para atingir a produtividade ideal. Isto ocorre devido à dificuldade que elas sentem em se desligarem mentalmente da função materna. Assim, a preocupação com o bem-estar dos filhos é o principal motivo das acadêmicas mães sentirem que estão propensas a sofrerem mais prejuízos em suas carreiras.

Neste sentido, as doutorandas mães enfatizam que sofrem desvantagens em suas qualidades de vida, pois precisam dividir o tempo entre maternidade e Doutorado. No



entanto, afirmam que priorizam a relação com os filhos em suas vidas. A autora Emília Rodrigues Araújo (2006) constatou que as doutorandas mães nutrem um sentimento de responsabilidade pelo cuidado dos filhos que dificilmente as deixa livres para se dedicar integralmente ao Doutorado. Com relação a este sentimento de interdição, que a mulher sente em deixar os filhos por causa do trabalho acadêmico, a autora constatou que tende a ocorrer não apenas no plano longo (por exemplo, na ida para o estrangeiro), mas também no plano curto (por exemplo, ficar na universidade durante à noite ou ao fim de semana)". (ARAÚJO, 2006, p.147).

As doutorandas mães enxergam a contradição entre as práticas cotidianas vinculadas à maternidade e as teorias estudadas no campo acadêmico e, conseqüentemente, isto tende a gerar conflitos subjetivos. A doutoranda Maria Flor<sup>5</sup> da área das ciências humanas reconhece que, quando se é mãe no Doutorado, não é fácil atingir a concentração ideal para o trabalho acadêmico. No entanto, na compreensão da doutoranda, as acadêmicas mães vivenciam este conflito pelo fato de sentirem "presas" em pensamento por seus filhos, pois estes estão sob sua "responsabilidade". Caso o filho adoça, a doutoranda terá que equilibrar estas eventualidades que a maternidade pode ocasionar. Porém, na compreensão de Maria Flor, há uma condição diferente no campo acadêmico quando se é mãe, sendo que esta diferença não pode ser tratada como um "preconceito ou desvalor".

Helena da área das ciências exatas também disse sentir estes conflitos subjetivos por ser mãe no campo. Percebe ser muito difícil abstrair de seu pensamento as suas obrigações relacionadas à maternidade. Para a informante, a desigualdade de gênero ocorre no campo acadêmico não por ser "uma mulher" que pretende candidatar-se à Ciência, mas por precisar conviver com modos diferentes de lidar com o uso do tempo.

Na percepção da doutoranda, a pesquisadora "normal" seria aquela mulher que escolheu pela não maternidade, pois a responsabilidade sobre a educação do filho é assumida, quase sempre, pela mulher. A paternidade, diferentemente da maternidade,

---

<sup>5</sup>Todos os nomes utilizados neste estudo foram fictícios a fim de preservar a identidade das/os informantes desta pesquisa.



não é compreendida por meio de interdependência emocional entre pai e filho. Helena chegou à esta elaboração após ter passado por um processo de divórcio.

As doutorandas mães admitem que não conseguem se dedicar exclusivamente ao Doutorado, pois sentem que são as principais responsáveis pelos seus filhos. Assim, dificilmente se propõem a atingir uma produtividade satisfatória, pois a maternidade as impossibilitam de serem pesquisadoras “assíduas” no campo acadêmico, comparando-as com as demais que não têm filhos.

A relação entre produtividade e maternidade é um binômio que passa por diferentes compreensões na literatura sobre gênero e produtividade (FERREIRA et alii 2008). Enquanto algumas correntes compartilham da perspectiva que as mulheres seriam tão produtivas como os homens, pois o sucesso na carreira científica dependerá da capacidade individual (COLE; ZUCKERMAN, 1991), outros autores têm mostrado que as mulheres conseqüentemente vivenciam desvantagem devido à maternidade exigir tempo e dedicação das mães. (LONG, 1992).

Para a autora Fanny Tabak (2002) as mulheres que têm filhos não necessariamente produzem menos. A maternidade pode representar um período de baixa na produção acadêmica durante algum tempo, mas isto não determina que a maternidade pode tornar a mulher improdutiva, por isso a maternidade não pode ser um motivo de abandono ao projeto de carreira profissional. (TABAK, 2002).

As doutorandas mães percebem que a maternidade as faz sentirem impossibilitadas de se ausentarem em períodos curtos ou longos para participarem de congressos e seminários, para assim alargarem suas redes de contatos informais no campo científico. A autora Maria Estela Aquino (2009) salienta a importância da constituição de uma rede de contatos informais no campo científico. Segundo Aquino, a participação nestas redes, nos últimos anos, tornou-se primordial para as pesquisadoras e pesquisadores estabelecerem contatos com especialistas nos seus temas de pesquisas, parcerias para publicações nacionais e internacionais e terem reconhecimento de seus estudos por seus pares a partir da apresentação em seminários e congressos.

Esta dificuldade das acadêmicas mães de se ausentarem para alargar suas redes de contato é uma entre outras desigualdades de gênero que as acadêmicas vivem para construir suas carreiras. (AQUINO, 2009; FERREIRA et alii 2008). As doutorandas



mães admitem sentir a pressão institucional imposta a partir da existência do habitus acadêmico, contudo, sentem como mais significativa a pressão simbólica exercida socialmente a partir do modelo da “mãe ideal”.

Esta “mãe ideal” compreende uma representação feminina vinculada “naturalmente” ao filho, normalmente por laços consanguíneos. Parte deste modelo consiste em assumir todas as responsabilidades ligadas ao cuidado e à educação deste. Do mesmo modo, estas acadêmicas incorporaram o atributo de “ser cuidadora”, e todos os outros compromissos são vistos como “menores” diante da relação de dependência retroalimentada pela necessidade de afirmar o cuidado que esta pode oferecer ao seu filho.

Esta responsabilidade da mãe com o filho, na visão da grande maioria das doutorandas entrevistadas, consiste em esta assumir todos os custos emocionais e parte dos custos materiais para o cuidado do filho. As doutorandas mães ao refletirem como lidam com a prática do ser acadêmica e ser mãe percebem diversas dificuldades para participar do campo acadêmico, logo procuram construir algumas táticas a fim de garantir um equilíbrio entre ser mãe e ser acadêmica. No entanto, esta “ginástica” para conciliar maternidade e vida acadêmica não é vivida de um modo tranquilo.

As doutorandas reconhecem a existência de imprevistos domésticos cotidianos que podem comprometer o tempo destinado à elaboração da pesquisa de tese. Estes imprevistos tendem a ocasionar desequilíbrios na organização do uso do tempo para o Doutorado e a maternidade.

A doutoranda Helena percebe que os imprevistos relativos à maternidade não são considerados por seus colegas homens, que “olham torto” quando ela necessita sair do laboratório para participar de algum assunto vinculado à maternidade. Segundo Helena, eles reprovam a sua atitude em dividir seu tempo entre vida pessoal e acadêmica, pois acreditam que a maternidade é inconciliável com trabalho, por isto, suas relações neste espaço são pautadas na impessoalidade. A doutoranda se auto-exclui e sente-se a “diferente” por sua condição de mãe, que é incompreensível para o “outro”.

Na visão de Helena o fato de “ser mãe” no campo acadêmico contribui para um tratamento mais excludente do que “ser mulher”, por isto as mulheres mães sentem-se



duplamente excluídas. Para a doutoranda, o fato de seus colegas estarem todos solteiros e não terem filhos lhes impede de compreender os compromissos assumidos em uma família. Portanto, este fato tende a contribuir para estimular uma forma de “estranhamento preconceituoso” que seus colegas têm em relação à maternidade no campo. As “responsabilidades” que permeiam as mulheres quando são mães no campo acadêmico são vistas como “estranhas” por uma grande maioria que não vivencia a maternidade, não há clareza sobre o que é ser mãe para “o outro”.

Na observação de Helena encontramos esta incompreensão da parte de seus colegas homens sobre os valores e as obrigações assumidas na maternidade.

A doutoranda Rúbia da área das ciências exatas também comentou ter dificuldade de sociabilidade com o pessoal de seu laboratório fora do ambiente de trabalho, devido à sua família. Todavia, não se sente excluída, pois não demonstra desejo de se sociabilizar. Em sua compreensão, a maternidade em si engloba uma dinâmica cotidiana diferente, porém reconhece que as pessoas quando a conhece “levam um choque”, por ela estar a fazer o Doutorado com dois filhos.

A reação dos “outros” em relação à sua maternidade tende a confirmar que esta escolha no campo acadêmico ainda é vista como um empecilho para as mulheres exercerem a prática científica. A maternidade é vista como algo negativo, reiterando o feminismo que salientou esta condição como o principal alvo para a dominação masculina por meio dos atributos biológicos femininos.(SCAVONE, 2001a).

As doutorandas mães enfatizam sempre que a maternidade é incompreensível para as pessoas que não têm filhos. As mães, quando chegam em casa, dificilmente conseguem estudar como fazem na universidade.

Estudos (ARAÚJO, 2006; AQUINO, 2009; SANTOS, 2007b; FABBRO, 2006; ELIAS, 2010) sobre acadêmicas e maternidade salientam que a responsabilidade assumida pelas mulheres em relação ao cuidado dos filhos passa pela força da representação social da maternidade, sendo o atributo do cuidado um elemento constituidor que opera na construção da identidade da mulher mãe. A autora Márcia Vasconcelos (2009), ao analisar o contexto contemporâneo marcado pela presença massiva de mulheres no mercado de trabalho, sublinha as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no reconhecimento de seus trabalhos produtivos e reprodutivos. Para a autora,



é necessário um planejamento que insira outros sujeitos para colaborar com o cuidado dos filhos, pois o trabalho produtivo feminino não deve ser compreendido a partir de um trabalho secundário e, as mulheres profissionais, por assumirem a responsabilidade com os filhos, acabam tendo prejuízos na carreira.

#### **4. Considerações Finais**

A compreensão da maternidade entre as doutorandas mostrou-se a partir de duas narrativas: uma expando as alegrias e as dificuldades em “ser mãe” no doutorado; a outra por meio dos motivos que justificam a impossibilidade de conciliar vida acadêmica e maternidade. O passado patriarcal que vigorou na sociedade brasileira destinando as mulheres exclusivamente ao casamento e a maternidade colabora para as acadêmicas valorizarem o espaço público, pois este representa emancipação. Tendem a cultivar um sentimento de repúdio ao espaço doméstico, pois este parece ser sua última opção. Assim, a visão dicotômica é predominante nas escolhas, a conciliação de projetos vinculados à vida familiar e profissional não existe. Nesse sentido, a construção de uma cooperação entre as mulheres e os demais membros da família em dividir a responsabilidade da maternidade não ocorre, tanto na compreensão das doutorandas sem filhos; como das doutorandas mães. Portanto, a maternidade é uma decisão que implica em um sacrifício individual. Poucas doutorandas mostraram tentativas de negociação com os companheiros. Será que a entrada das mulheres na universidade tem garantido que as acadêmicas estejam mais próximas de uma igualdade de gênero? Se considerarmos o preço que as mulheres pagaram por esta emancipação, encontramos contradições, pois uma pressão produtivista permeia este espaço, muitas vezes, ridicularizando problemas de ordem subjetiva. A falta de tempo impede maiores reflexões sobre esta condição de pressão vivida, devido ao habitus que precisa ser incorporado a partir do “ser produtiva”, não havendo “brechas” para se planejar uma nova cultura interessada em analisar as condições que lhe dão as práticas no campo e a sua relação com a sociedade em geral ou simplesmente a vida cotidiana da acadêmica. A racionalização do controle temporal na vida contemporânea provocou este “desencantamento” sobre as “coisas simples”, ou seja, as coisas do cotidiano, que fazem



parte da vida das participantes do campo acadêmico. Elas sentem-se com menos liberdade para refletir sobre o “mundo da vida”, logo, a maternidade é tratada como um estranhamento preconceituoso para as mulheres que desejam ser cientistas. Conforme o habitus acadêmico, esta construção representa uma violência simbólica em seus corpos e mentes, que não as permitem pensar sobre suas escolhas. Mesmo entre as novas gerações de acadêmicas, que têm mais oportunidades de refletir sobre suas escolhas, a maternidade não deixou de ser um problema. Apesar dos avanços relativos à participação feminina no ensino superior e em cargos nas instituições científicas, esta estrutura ainda tende a ser reproduzida por meio de um simbólico atrelado ao masculino (SCHIENBINGER, 2001). Assim, as mulheres acabaram entrando na instituição científica, sendo “estranhas” a esta instituição, que foi produzida e reproduzida por uma história que se legitimou em um contexto, chamado Ocidente, por um sexo que na ordem dicotômica se fez masculino e foi visto como mais capaz de desempenhar a prática e de uma classe social que, apesar de todas as dificuldades, tiveram as mínimas condições materiais para produzir ideias e descobertas. Além disso, podemos verificar que esta tendência à ruptura com o ideal de mulher esposa e mãe contribuiu para as mulheres que optaram pela maternidade no universo acadêmico serem tratadas como seres “anormais”. Do mesmo modo, aquela normalidade feminina pautada nos países ocidentais do século XIX (BADINTER, 1985), neste contexto, encontra-se invertida. Sendo assim, a opção em participar do mundo público, conseqüentemente o mercado de trabalho, é vista como a escolha “melhor” para toda mulher que dispõe de condições objetivas e subjetivas para acumular capitais. A partir dos anos 90 as escolhas das gerações de mulheres pós-feminismo são conflitantes. A emancipação feminina, que significativamente contribuiu para que as mulheres pudessem ingressar nas escolas e no mercado de trabalho, não lhes garantiu o total desprendimento do papel social de “esposa e mãe”, logo, o uso do tempo das acadêmicas mães, implica em arranjos específicos tanto na vida familiar quanto profissional. Neste sentido as acadêmicas, quando mães, sofrem os efeitos da socialização feminina por se sentirem responsáveis e obrigadas a ampliarem suas horas de trabalho para o universo da casa. Assim, continuam a ter que lidar com a dupla jornada de trabalho. Atualmente muitas mulheres foram beneficiadas das conquistas feministas. Uma das mudanças positivas que o



feminismo propiciou foi desvincular a sexualidade da reprodução, possibilitando as mulheres negarem ou escolherem a maternidade a partir do uso de tecnologias contraceptivas e conceptivas. Também, a participação dos homens nesta nova configuração da maternidade contribui e caminha para uma relação de gênero mais igualitária (SCAVONE, 2001a). Contudo, a maternidade socialmente representada pressupõe a história de um corpo feminino biologicamente “diferente”, mas não inferior diante deste corpo, fenômenos como a gestação, o parto e a amamentação assumem nesta rede complexa o lado propriamente biológico da maternidade. Desde a gestação, a mulher tende a torna-se a responsável pela saúde do ser concebido. A transição da maternidade, quando esta deixou de ser um destino para tornar-se uma escolha, propiciou uma maior reflexividade entre as mulheres sobre as inúmeras questões que a envolvem. Assim, “ser mãe” é entendido como um fenômeno que compreende uma dimensão social, econômica e também psicológica, se verificarmos os sentimentos de culpa e de ansiedades. (SCAVONE, 2004). Portanto, faz-se necessário o tratamento da diferença biológica das mulheres, as especificidades de um corpo que foi historicamente inferiorizado e compreendido como menos adequável ao mundo público. É preciso refletir sobre suas experiências biossociais, para não silenciarmos mais o preconceito, as microdesigualdades de gênero que permeiam o campo. Entretanto, pressupor que a maternidade é um motivo da mulher mãe ser definida como duplamente excluída do campo pode ser uma forma de reafirmarmos a definição do “ser mulher” por meio da maternidade e excluir outros coletivos de mulheres que compartilham de valores e atitudes que procuram outras formas de realização para a vida, outras necessidades de experiências. Importante salientar que neste contexto a representação da cientista, que tem o conhecimento como um fim, é abandonada e substituída pela nova representação de “ser cientista”, associado ao mercado de trabalho científico. Assim, as novas identidades acadêmicas produzidas nos atuais processos que envolvem a fase do Doutorado, que deveria ser vivenciada como algo prazeroso, passou a ser vivenciada a partir do sofrimento psíquico diagnosticado, comum em um habitus que, quando incorporado, implica na renúncia da vida pessoal. Partindo desta constatação, é necessário a construção de um projeto interdisciplinar, com educadores de várias áreas para tornar mais complexas as vivências na pós-graduação. A aproximação das



vivências, a fim de torná-las visíveis e traduzíveis, pode ajudar a própria acadêmica a refletir sobre o seu conhecimento e sobre as condições que este é construído.

## 5. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Emília Rodrigues. **O doutoramento: A odisséia de uma fase de vida.** Lisboa: Editora Colibri, 2006.222p.

AQUINO, Estela Maria. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: **Pensando gênero e ciência.** Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006/ Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.11-27.

AQUINO, Estela Maria. Gênero e Ciência no Brasil: Contribuições para pensar a ação política na busca de equidade. In: HEILBORN, Maria Luiza ..[et alii], (Org). **Sexualidade, Reprodução e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 57-72.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Trabalho Docente no Strictu Sensu: Publicar ou Morrer! In: FIDALGO, Fernando [et alii], (Org). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade.** Campinas: Papyrus, 2009. p. 49-89.

BITENCOURT, Silvana Maria. Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado. 344f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

COLE, Jonathan; ZUCKERMAN, Harriet. Marriage, Motherhood, and Research Performance in Science. In: ZUCKERMAN, Harriet; COLE, Jonathan; BRUER, John (Ed.) **The Outer Circle: Women in the Scientific, community.** New York: W.W. Norton e Company. 1991. p.157-170

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: **Revista Estudos Feministas.** v.10, n, 2, jul.2002, p.301-323

ELIAS, Marisa Aparecida. Sofrimento psíquico e trabalho: afetividade e culpa na mulher trabalhadora. (2010) Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/atividadeseafetos/teste1/143/trabalho1.pdf>>. Acesso em: 17-12-2010.



FABBRO, Márcia Regina Cangiani. Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 366f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FELÍCIO, José Roberto Drugowich de, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In: **Pensando gênero e ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009/2010/ Presidência da República. — Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p.47-54.

FERREIRA, Luiz Otávio [et ali]. Institucionalização, Sistema de Gênero e Produção Científica no Brasil (1939-1969). In: **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Gênero e Ciências. - v.1, n.1 (jul.-out. 1994) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008, p.43-71.

FERREIRA, Virgínia do Carmo. Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal. Tese (doutorado em Sociologia), 1200f. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Coimbra, 2003.

FERREIRA, Virgínia; LOPES, Mônica. Repercussões das licenças por maternidade e por paternidade no local de trabalho: entre consentimento e a reprovação, Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Famílias 2004. 10p. Disponível em: <[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628d1d724a75\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d1d724a75_1.pdf)>. Acesso em: 03-09-2008.

GIDDENS, Anthony. As Famílias. In: **Sociologia**. 4 ed. - Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 151-170.

HEWLETT, Sylvia Ann. **Maternidade Tardia**: Mulheres profissionais em busca da realização plena. Osasco, SP: Novo século, 2008. 288p.

LETA, Jacqueline e MARTINS, Flávio. Docentes pesquisadores na UFRJ: O capital Científico de mulheres e homens. In: Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira. Brasília- DF, 6 e 7 de dezembro de 2007. Comissão organizadora: Dilvo Ristoff ... (et al). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.85-101.

LONG, J. Scott. **Measures of sex differences in scientific productivity**. Social Forces, Chapel Hill, v.71, n.º.1,p.159-178. 1992.

LUZ, Madel. T. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: Consequências para a vida acadêmica, a ética no Trabalho e a saúde dos trabalhadores. In: **Política e Sociedade**, Revista de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em *Sociologia* Política. - v.7.n.13. (2008). Florianópolis : UFSC, 2008. p. 205-228.



PÉREZ SEDEÑO, Eulália. A modo de introducción: Las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología. In: **Cuadernos de Iberoamérica**. Las Mujeres en el Sistema de Ciencia y Tecnología. Estudios de Casos. Madrid: ed: Eulália Pérez Sedeño. 2001b. p.9-17

SANTOS, Gina Maria Gaio dos. O desenvolvimento de carreira dos acadêmicos: uma análise centrada na relação entre o trabalho e a família. 451f. Tese (doutorado em organização e políticas empresarias), Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão. Braga, 2007b.

SAITOVITCH, Elisa Baggio. Visão Pessoal de uma Física Latino-Americana. In: **Pensando gênero e ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005/2006, Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 53-61.

SCAVONE, Lucila. **.Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora Unesp: 2004.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: **Cadernos Pagu**, número. 16 Campinas, 2001a. p.137-150.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SZAPIRO, Ana Maria, FÉRES – CARNEIRO, Terezinha. Construções do feminino pós-anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e crítica**. Vol, 15, n°1. UFRGS, Porto Alegre, 2002. p.179-188.

TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TABAK, Fanny. Sobre avanços e obstáculos. In: **Pensando gênero e ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas, 2005, 2006/ Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.27-40.

TAVARES, Isabel. Mulheres na Ciência. Brasília, CNPq, 2005. Mimeo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0104-026X200800010002000035&pid=S0104-026X2008000100020&lng=en>>. Acesso em: 24 agos. 2007.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas de conhecimento. In : **Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira**. Brasília- DF, 6 e 7 de dezembro de 2007/ comissão organizadora: Dilvo Ristoff [et al]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.31-62.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

20

VASCONCELOS, Márcia. Responsabilidades familiares. In: Brasil. Presidência da república. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Primeira impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. p.36-43.